



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DA 12ª REGIÃO MILITAR
(Comando de Elementos de Fronteira/1948)
FORTE MENDONÇA FURTADO

Termo de Abertura Nº 390-Subseç Inspe Sau /Esc Sau/Cmdo 12ª RM

Manaus, AM, 1º de dezembro de 2025.

Assunto: autorização para aquisição de assinatura de periódico - REVISTA SIMPRO

Anexos:

- [1\) 3. Carta Exclusividade Revista 17 12 2025.pdf](#)
- [2\) 17166 COMANDO DECIMA SEGUNDA REGIAO MILITAR vdf m.pdf](#)
- [3\) DFD_160014-000113-2025.pdf](#)

1. Em atendimento ao disposto no Art. 18, caput, da Lei Federal nº 14.133/2021 c/c os artigos 5º e 6º da Lei Federal nº 9.784/1.999 que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal e nos termos do contido no Art. 13 da Portaria do Ministro do Exército Nr 305, de 21 de maio de 1995, que aprovou as Instruções Gerais para a Realização de Licitações e Contratos no Ministério do Exército IG 12-02/95, solicito-vos providências junto ao Ordenador de Despesas, no sentido de autorizar a assinatura da Revista Simpro e a publicação da equipe de planejamento, para a contratação dos serviços e/ou aquisição dos bens constantes no Documento de Formalização da Demanda (DFD), em anexo.

2. Solicito nomeação dos militares relacionados abaixo para compor a equipe de planejamento da contratação, conforme preconizado no art. 21, III e art.42, caput, da IN nº 5/2017-SEGES/MPOG:



C



com fundamento no §3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543 de 13/11/2020 da Presidência da República.

Código de verificação: etUj-jRvW-jXdM-PJAS



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DA 12ª REGIÃO MILITAR
(Comando de Elementos de Fronteira/1948)
FORTE MENDONÇA FURTADO

Despacho Nº 1122-Subseç Inspe Sau /Esc Sau/Cmdo 12ª RM

Manaus, AM, 8 de dezembro de 2025.

Assunto: despacho do Fiscal Administrativo.

1. Concordo com as justificativas apresentadas na DFD para a abertura do processo.
2. Encaminho o processo para ciência e aprovação do Ordenador de Despesas.

CARLOS ALBERTO SILVA DA CRUZ - C I



Documento assinado eletronicamente, por meio de assinatura simples, pelo(a) Cel [REDACTED] 15:41 conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no §3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543 de 13/11/2020 da Presidência da República.

Código de verificação: UdQ1-S8HR-9hns-zGB/



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DA 12ª REGIÃO MILITAR
(Comando de Elementos de Fronteira/1948)
FORTE MENDONÇA FURTADO

Despacho Nº 1126-Subseç Inspe Sau /Esc Sau/Cmdo 12ª RM

Manaus, AM, 8 de dezembro de 2025.

Assunto: despacho do Ordenador de Despesas.

1. APROVO a DFD apresentada pelo Esc Sau/12ª RM e determino à SALC que publique emboletim interno a equipe de planejamento da contratação, conforme inciso VII do art. 3º da INSEGES/MGI nº 58/2023.


Ordenador de Despesas da 12ª Região Militar



Documento **assinado eletronicamente**, por meio de **assinatura simples**, pelo(a) Cel  em 08/12/2025, às 16:02 conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no §3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543 de 13/11/2020 da Presidência da República.

Código de verificação: AVip-EXHS-ZOdG-lqpi

Aditamento da DCEM 2H ao Bol do DGP nº 109, de 26 SET 25.

Em consequência, a Aj G, o militar em tela e os demais interessados tomem conhecimento e as providências administrativas decorrentes.

(Nota nº 59.859, de 6 JAN 26, da Aj G Cmdo 12ª RM)

c. ALTERAÇÕES DE SERVIDORES CIVIS

REQUERIMENTO - apresentação

Cmdo Ter, apresentou o Requerimento SIGAC nº 138468, daquela data, pleiteando Certidão de Tempo de Contribuição (CTC), Relação das Remunerações de Contribuições recolhidas, informando para onde foram vertidas as contribuições, e sua Ficha de Registro de Empregado (FRE), relativos ao período em que esteve vinculada ao quadro de pessoal civil do Comando do Exército.

Em consequência, a Aj G, a requerente e os demais interessados tomem conhecimento e as providências administrativas decorrentes.

(Nota nº 59.878, de 6 JAN 26, da Aj G Cmdo 12ª RM)

2. ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

a. PROCESSO LICITATÓRIO - designação da equipe de planejamento

1) Tendo em vista a necessidade de contratação de assinatura de periódico - Revista SIMPRO de interesse da 12ª Região Militar, conforme art. 74, da Lei nº 14.133/2021 e Instruções Normativas, assim como o despacho exarado no Processo NUP 64321.026412/2025-96, determino a abertura do procedimento e designo para compor a

Equipe de Planejamento da Contratação:

2) Caberá à equipe elaborar os seguintes documentos:

a) Estudos Técnicos Preliminares (ETP Digital), a fim de identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda que consta no DFD, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, conforme IN SEGES nº 58/2022;

b) Mapa de Riscos Digital, conforme inciso X do art. 18 da Lei nº 14.133/21;

c) Relatório da Pesquisa de Preços e as cotações, conforme IN SEGES nº 65/2021;

d) Termo de Referência Digital, conforme art. 40 da Lei nº 14.133/2021 e IN SEGES nº 81/2022;

e) Justificativa da Inexigibilidade;

f) Declaração de Exclusividade da Empresa a ser contratada; e

g) Demais documentos julgados necessários.



Em consequência:

- (1) a Equipe de Planejamento deverá concluir os trabalhos em até 30 (trinta) dias corridos;
- (2) assim que tomar conhecimento, os militares designados compareçam à SALC/B Adm Ap/12ª RM para receber as orientações e os modelos de documentação; e
- (3) o Esc Sau Cmdo 12ª RM, a B Adm Ap/12ª RM, os militares em tela e os demais interessados tomem conhecimento e as providências administrativas decorrentes.

(Nota nº 59.514, de 10 DEZ 25, da B Adm Ap/12ª RM)

b. ADITAMENTO - distribuição

Com o presente Boletim Interno, está sendo distribuído o Aditamento nº 62/2025-STG/Esc Sv Mil Pes Civ Cmdo 12ª RM, versando sobre encerramento do ano de Instrução, dos Atiradores dos Tiros de Guerra, vinculados ao Cmdo 12ª RM.

Em consequência, a STG/Esc Sv Mil Pes Civ Cmdo 12ª RM, os Ch Instr dos TG 12-001 (Colorado do Oeste-RO), 12-002 (Manicoré-AM), 12-008 (Vilhena-RO) e 12-014 (Carauari-AM) e os demais interessados tomem conhecimento e as providências administrativas decorrentes.

(Nota nº 59.820, de 31 DEZ 25, do Esc Sv Mil Pes Civ Cmdo 12ª RM)

4ª Parte
JUSTIÇA E DISCIPLINA

1. JUSTIÇA

REFERÊNCIA ELOGIOSA - aprovação

Aprovo a referência elogiosa consignada pelo [REDACTED] DE OLIVEIRA, Chefe do Centro de Coordenação [REDACTED] Militar, ao Ten Cel [REDACTED] de Operações Logísticas do Comando da 12ª Região Militar, nos seguintes termos:

Despede-se hoje por motivo de sua movimentação para o Comando da 14ª Brigada de Infantaria Motorizada, sediada em Florianópolis, no Estado de Santa Catarina/SC, o Ten Cel Sv [REDACTED]. Dessa forma, é por dever de justiça e grande reconhecimento que apresento as despedidas a este valoroso militar, que ora deixa o nosso convívio profissional diário, com o qual tivemos o privilégio de ombrear no Comando da 12ª Região Militar, Região Mendonça Furtado.

O Ten Cel Bigarelli apresentou-se em 19 JAN 23, oriundo da 14ª Brigada de Infantaria Motorizada, sediada em Florianópolis-SC, sendo designado para exercer a função de Chefe da Seção de Licitações e Contratos (SALC), oportunidade na qual pode demonstrar atributos inerentes a um oficial de um Grande Comando Militar.

Documento de Formalização da Demanda 113/2025

Número do Documento de Formalização da Demanda: 113/2025

1. Informações Gerais

Área requisitante	Data da conclusão da contratação	UASG	Editado por
Esc Sau - Escalão de Saúde	31/12/2026 00:00	160014	
Descrição sucinta do objeto			
REVISTA SIMPRO HOSPITALAR ANUAL (VERSÃO BANCO DE DADOS WEB COMPLETO) - 12 MESES			

2. Justificativa de Necessidade

1. A Revista SIMPRO Hospitalar é referencial de preços de Medicamentos e Produtos para a Saúde, utilizado como parâmetro nas negociações entre hospitais e operadoras de saúde para faturamento, análise de contas médicas, cotações e licitações, e está previsto sua utilização para fins de negociação de materiais hospitalares, em atenção ao que prescreve a Norma Técnica sobre Auditoria Médica no Exército, Art. 20, §2º, item V.

1.1.2 A revista apresenta diversas informações importantes como o nome do fabricante, importador ou distribuidor, a descrição completa de Equipamentos, Materiais Permanentes, Reutilizáveis e Descartáveis, a indicação de uso, o preço fábrica vigente na data da última pesquisa, dentre outras.

1.1.3 Uma ferramenta oportuna para a solução de dúvidas e questões que requerem maior qualidade, eficiência e urgência na elaboração de Editais e formação de preços e valores estimados. Dispõem também de informações importantes relativas a valores de referência, Atas de Registro de Preço, que são atualizados diariamente.

1.1.4 O conteúdo é elaborado com apurada pesquisa diária por profissionais especializados, viabilizando a tomada de decisões de maior complexidade. O serviço é igualmente viabilizador do amplo atendimento ao princípio da Economicidade, posto que agiliza a pesquisa com informações concernentes à elaboração de Editais além da facilidade de opções de busca que garante a real aplicação do Princípio Constitucional da Eficiência.

3. Materiais/Serviços

3.1 Materiais

Nº do item	Classe	PDM	Descrição	Qtd	Val. unit. (R\$)	Val. total (R\$)
1	JORNAIS E PERIÓDICOS			1,00	4.788,00	4.788,00

3.2 Serviços

Nenhum serviço incluído.

4. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Membro da comissão de contratação

5. Acompanhamento

IdAcompanhamento	Responsável	Data
1 O serviço é igualmente viabilizador do amplo atendimento ao princípio da Economicidade, posto que agiliza a pesquisa com informações concernentes à elaboração de Editais além da facilidade de opções de busca que garante a real aplicação do Princípio Constitucional da Eficiência.		

6. Relacionamentos

Nenhum relacionamento encontrado.



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA
COMANDO DA 12ª REGIÃO MILITAR**

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO DA ASSINATURA

I - DO OBJETO

Tratam os presentes autos de procedimento que tem por objeto a contratação da assinatura da Revista SIMPRO, destinado a auditoria de contas médicas.

II – DO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE

Sabendo do dever legal de licitar, foi realizada consulta às atas de registro de preços vigentes no Comando da 12ª Região Militar, bem como em licitações em curso inseridas no Sistema Comprasnet. Tais resultados revelaram que não existem processos de aquisição/contratação para o objeto referenciado dentro da UASG.

Sendo assim, realizou-se pesquisa no portal *Painel de Preços* (<http://paineldeprecos.planejamento.gov.br/>) do Ministério de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, o qual “disponibiliza de forma clara e de fácil leitura, dados e informações de compras públicas homologadas no Sistema de Compras do Governo Federal – COMPRASNET”. Observou-se que não há pregões eletrônicos do sistema de registro de preços (SRP) para tentarmos aderir a uma ata de registro de preços de outro órgão (processo conhecido como “carona”), uma vez que as especificações e/ou quantidades não atendem à demanda do requisitante.

Quando houver a possibilidade de enquadramento, relativamente à hipótese de inexigibilidade no inciso I do art. 74 da Lei nº 14.133/21, o administrador está autorizado a adotar o fundamento legal que implique menor custo para a Administração Pública, em observância ao princípio da economicidade.

III – DA INEXIGIBILIDADE

As compras e contratações das entidades públicas seguem obrigatoriamente um regime regulamentado por Lei.

O fundamento principal que reza por esta iniciativa é o artigo. 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988, no qual determina que as obras, os serviços, compras e alienações devem ocorrer por meio de licitações.

A licitação foi o meio encontrado pela Administração Pública, para tornar isonômica a participação de interessados em procedimentos que visam suprir as necessidades dos órgãos públicos acerca dos serviços disponibilizados por pessoas físicas e/ou pessoas jurídicas nos campos mercadológicos distritais, municipais, estaduais e nacionais, e ainda procurar conseguir a proposta mais vantajosa às contratações.

Para melhor entendimento, vejamos o que dispõe o inciso XXI do Artigo 37 da CF/1988:

(...)

“XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”

Para regulamentar o exercício dessa atividade foi então criada a Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, mais conhecida como Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

O objetivo da licitação é contratar a proposta mais vantajosa, primando pelos princípios da legalidade, impessoalidade, igualdade, moralidade e publicidade. Licitar é regra.

Entretanto, há aquisições e contratações que possuem caracterizações específicas tornando impossíveis e/ou inviáveis as licitações nos trâmites usuais, frustrando a realização adequada das funções estatais.

Na ocorrência de licitações impossíveis e/ou inviáveis, a lei previu exceções à regra, as Dispensas de Licitações e a Inexigibilidade de Licitação. Trata-se de certame realizado sob a obediência ao estabelecido no art. 75, da Lei n. 14.133/21, onde se verifica ocasião em que é cabível a inexigibilidade de licitação:

“Art. 74 É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

I – aquisição de materiais, equipamentos ou de gêneros ou contratações de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos”.

...

No caso em questão verifica-se a Inexigibilidade com base jurídica do art. 74 da Lei nº 14.133/21.

IV – DA JUSTIFICATIVA DA INEXIGIBILIDADE E NÃO OCORRÊNCIA DE FRAGMENTAÇÃO

Os atos em que se verifique a dispensa de licitações e inexigibilidade são atos que fogem ao princípio constitucional da obrigatoriedade de licitação, consagrando-se como exceções a este princípio. Assim, este tipo de ato trata-se de ato discricionário, mas que devido a sua importância e necessidade extrema de idoneidade, se submete ao crivo de devida justificativa que ateste o referido ato.

No caso em questão se verifica a análise do art. 74, da Lei 14.133/21, o que justifica a contratação direta, vale tecer alguns comentários a despeito de eventual fragmentação de despesa, o que ensejaria afronta a Lei de Licitações.

Tanto a doutrina quanto a jurisprudência recomendam que nas compras deverão ser observadas as quantidades a serem adquiridas em função do consumo estimado. Portanto, deve haver um planejamento para a realização das compras, além disso, este planejamento deve observar o princípio da anualidade do orçamento. *“Logo, não pode o agente público justificar o fracionamento da despesa com várias aquisições ou contratações no mesmo exercício, sob modalidade de licitação inferior àquela exigida pelo total da despesa no ano, quando isto for decorrente da falta de planejamento.”* - Manual TCU.

A Constituição Federal em seu artigo 37, inciso XXI estabelece o dever de licitar de forma a assegurar a igualdade de condições a todos os concorrentes, em obediência aos princípios da impessoalidade, da isonomia, da publicidade, da moralidade e da legalidade.

Sobre a contratação indevida sem a observância do procedimento licitatório, fracionando as despesas, Jorge Ulysses Jacoby Fernandes, traz em sua obra *Contratação Direta sem Licitação*, páginas 154/159, 5ª edição, Editora Brasília Jurídica, posicionamento do Tribunal de Contas da União, de que: *“O parcelamento de despesa, quer com o objetivo de evitar modalidade mais ampla de licitação, quer com o de possibilitar-lhe a dispensa, constitui infração legal”*(...) e também o TCU firmou entendimento de que *“as compras devem ser estimadas para todo o exercício e há de ser preservada a modalidade correta para o objeto total, que agruparia todos os itens”*.

Essa orientação foi consagrada também em publicação oficial do TCU intitulada *Licitações e Contratos – Orientações Básicas*, Brasília:

“É vedado o fracionamento de despesa para adoção de dispensa de licitação ou modalidade de licitação menos rigorosa que a determinada para a totalidade do valor do objeto a ser licitado. Lembre-se fracionamento refere-se à despesa.”

“Atente para o fato de que, atingindo o limite legalmente fixado para dispensa de licitação, as demais contratações para serviços da mesma natureza deverão observar a obrigatoriedade da realização de certame licitatório, evitando a ocorrência de fracionamento de despesa.” Acórdão 73/2003 – Segunda Câmara.

“Realize, nas compras a serem efetuadas, prévio planejamento para todo o exercício, licitando em conjunto materiais de uma mesma espécie, cujos potenciais fornecedores sejam os mesmos, de forma a racionalizá-las e evitar a fuga da modalidade licitatória prevista no regulamento próprio por fragmentação de despesas” Acórdão 407/2008 – Primeira Câmara.

V – DA RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR OU EXECUTANTE

Em análise aos presentes autos, observamos que se justifica a escolha do fornecedor Simpro Publicações e Teleprocessamento Ltda; CNPJ: 52.704.921/0001-39 por se tratar da única empresa a fornecer o referido material conforme declaração de exclusividade. A mesma foi verificada quanto a validade e veracidade por esta administração junto ao SindJoRe – Sindicato das Empresas Proprietárias de Jornais e Revistas de São Paulo.

VI – DA INVIABILIDADE DA UTILIZAÇÃO DA COTAÇÃO ELETRÔNICA

No processo em epígrafe, verificou-se a impossibilidade da cotação eletrônica devido à natureza do objeto. Única e exclusiva empresa responsável pela edição, distribuição e comercialização, para todo o território nacional, do “Guia Farmacêutico SIMPRO”.

Assim, diante do exposto nos documentos o valor de mercado praticado e oferecido a esta UG é igual a R\$ 5.028,00 (Cinco mil e vinte e oito reais), conforme anexos.

VII – DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO

O critério do menor preço deve presidir a escolha do adjudicatário direto como regra geral, e o meio de aferi-lo está em juntar aos autos do respectivo processo pelo menos 03 (três) propostas, conforme a Instrução Normativa Nº 3, de 20 de abril de 2017.

No caso em questão verificamos, como já foi dito, trata-se de situação pertinente a Inexigibilidade.

De acordo com as diretrizes do Tribunal de Contas da União, como pode ser visto acima, a orientação é que no caso de dispensa e inexigibilidade seja obedecida à coleta de preços, que por analogia deve obedecer ao procedimento da modalidade convite que exige, no mínimo, três licitantes.

De acordo com a Lei 14.133/21, após a cotação, verificado o menor preço, adjudica-se o

serviço àquele que possuir o menor preço, a habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira, e regularidade fiscal, de acordo com o que reza o art. 19 da Lei 14.133/21, parágrafo 1º.

Porém conforme explicado nos itens V e VI do presente documento trata-se de material cujo fornecimento é exclusivo do fabricante impossibilitando a esta Administração de obter preços de diferenciados fornecedores.

VIII – DA SELEÇÃO

A empresa selecionada neste processo para sacramentar a aquisição do material pretendido, foi:

- Simpro Publicações e Teleprocessamento LTDA – ENDEREÇO: Rua Tibiri, 120 – Jd São Paulo. CEP: 02043-070. São Paulo – SP; inscrito no CNPJ: 52.704.921/0001-39.

IX – DA HABILITAÇÃO JURÍDICA E DA REGULARIDADE FISCAL

Nos procedimentos administrativos para contratação, a Administração tem o dever de verificar os requisitos de habilitação estabelecidos no art. 62 da Lei 14.133/21. Porém, excepcionalmente, a lei de regências prevê a possibilidade de dispensa de alguns dos documentos, notadamente, os previstos nos artigos 65 a 68, conforme estabelecido no § 1º do art. 69 da Lei 14.133/21.

Resta deixar consignado que a contratada demonstrou habilmente sua habilitação jurídica e regularidade fiscal, conforme os anexos.

X – CONCLUSÃO

Em relação aos preços, verifica-se que eles estão compatíveis com a realidade do mercado em se tratando de produto similar, podendo a Administração adquiri-lo sem qualquer afronta à lei de regência dos certames licitatórios.

Do acima exposto, inobstante o interesse em contratar a referida empresa, relativamente ao fornecimento do produto em questão, é decisão discricionária do Ordenador de Despesas do Comando da 12ª Região Militar optar pela contratação ou não, ante a criteriosa análise de toda a documentação acostada aos autos que instruem o presente procedimento.

Face ao exposto no item II, reconheço que a contratação em tela, possui duplo enquadramento, relativamente às hipóteses de dispensa ou inexigibilidade, previstas no Art. 75.

Determino que seja realizada o processo de inexigibilidade tendo em vista a imposição de menor custo para a Administração Pública (publicações, elaboração de pareceres técnicos e jurídicos, etc.), em observância ao princípio da economicidade.

Manaus, 01 de abril de 2026.

Aprovo,





MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DA 12ª REGIÃO MILITAR
(Comando de Elementos de Fronteira/1948)
FORTE MENDONÇA FURTADO

Despacho Nº 1435-E-10/Cmdo 12ª RM

Manaus, AM, 20 de abril de 2026.

Assunto: saneamento do processo

1. Com o intuito de permitir maior segurança jurídica à Administração e em observância ao disposto no art. 74 da Lei nº 14.133/2021, que trata da inexigibilidade de licitação, solicito ao Chefe da Equipe de Planejamento que realize os seguintes saneamentos no presente processo:

a. atualizar o termo de referência com a minuta da AGU mais atualizada (contratação direta - dez/2025);

b. incluir a documentação válida idônea que comprove a condição de fornecedor exclusivo, nos termos do art. 74, §1º, da Lei nº 14.133/2021;

c. alterar o CATSER do Termo de Referência para "4243 - Assinatura de Jornais, Revistas e Periódicos";

d. no relatório da pesquisa de preços deverá constar a fundamentação legal, observando-se, no que couber, a IN SEGES/ME nº 65/2021, especialmente quanto à justificativa de preços em contratações diretas;

e. incluir a demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

f. incluir a declaração de que a despesa se enquadra como atividade de custeio;

g. proceder com os seguintes ajustes do Estudo Técnico Preliminar:

1) Definir de forma clara e única o objeto da contratação, eliminando inconsistências entre necessidade e solução;

2) Refazer o levantamento de mercado, com comprovação efetiva da inviabilidade de competição ou da exclusividade do fornecedor;

3) Adequar os requisitos da contratação, alinhando-os estritamente ao objeto pretendido;

4) Revisar o quantitativo estimado, garantindo coerência com a solução proposta;

5) Ajustar o prazo contratual, observando os limites legais e a formalização por termo aditivo, quando cabível; e

6) Ajustar a justificativa da escolha do fornecedor, afastando qualquer indício de direcionamento indevido.



Documento **assinado eletronicamente**, por meio de **assinatura simples**, pelo(a) **Maj** [REDACTED] 20/04/2026, às 09:38 conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no §3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543 de 13/11/2020 da Presidência da República.

Código de verificação: ltO6-ECSe-9LAL-dl33

COMANDO 12 REGIAO MILITAR/MEX/AM

Estudo Técnico Preliminar 6/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 64321.026412/2025-96

2. Descrição da necessidade

2.1. Revista SIMPRO. A aquisição assinatura da revista SIMPRO é essencial, pois trata-se de um referencial de preços de materiais e medicamentos e Produtos para a Saúde, utilizado como parâmetro nas negociações entre hospitais e operadoras de saúde para faturamento, análise de contas médicas, cotações e licitações, a qual é atualizada bimestralmente, de acordo com a lista de preços fornecidas pelas indústrias farmacêuticas e registradas nos órgãos competentes, conforme resolução nº 1 de 30 de novembro de 2023 da CMED. Assim, baseado nesse referencial de preços torna-se possível uma auditoria sem falhas, com alta confiabilidade e transparência, tornando mais ágeis e eficazes os processos de exame e auditoria de contas médicas e hospitalares a serem efetuados pelo Escalão de Saúde da 12ª RM.

2.2. Essas informações são fundamentais para análises mercadológicas na área da saúde, tornando mais ágeis e eficazes os processos de exame e auditoria de contas médicas e hospitalares.

2.3. A utilização do Simpro também é destacada em editais de credenciamento, de OCS e PSA, que estabelece o guia como referência máxima de preço de medicamentos e o utiliza como referência em outros anexos do instrumento convocatório. Isso demonstra a importância do Simpro na padronização e controle de custos na área da saúde.

2.4. Portanto, a aquisição do Simpro é justificada pela necessidade de acesso a informações atualizadas e detalhadas sobre medicamentos e materiais hospitalares, contribuindo para a eficiência operacional e a conformidade com as normativas vigentes.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Escalão de Saúde/Inspetoria de Saúde 12ª RM	ALESSANDRO SARTORI THIES - Cel

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. O materiais ofertados pelas empresa deverá apresentar boa qualidade e padrões condizentes com a legislação vigente, entre elas citamos como exigência:

- a) de acordo com as especificações contidas na requisição, deverá ser solicitado, quando couber, registro junto às autoridades competentes.
- b) os critérios de sustentabilidade, no que couberem, serão considerados e os produtos fornecidos constarão em embalagens de material reutilizável, reciclável ou biodegradável, sempre que possível. ofertado deverá atender, na integralidade os requisitos estabelecidos pelo instrumento.

4.2. O material convocatório serão avaliados criteriosamente pelo(s) membro(s) da equipe de apoio técnico deste Comando da 12ª Região Militar

5. Levantamento de Mercado

5.1. Conforme levantamento realizado pela equipe do Escalão de Saúde/12ª RM, informações prestadas pela mesma e os documentos existentes em nossos arquivos, é a única e exclusiva responsável pela edição, distribuição e comercialização, para todo o território nacional, do “Guia Farmacêutico SIMPRO”.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. Contratação de empresa especializada para o fornecimento da revista Simpro pelo prazo de um ano, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1 A estimativa de publicações demandadas toma por base:

- a) Uma licença ao acesso do Sistema Videofarma banco de dados sem exportação de dados, com atualização semanal do banco de dados, por um período de 12 meses.
- b) Assim, estima-se o número médio de 60 atualizações/ano, semanalmente, perfazendo um total de 300 (trezentos) atualizações em um quinquênio.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 5.028,00

8.1. A presente inexigibilidade de licitação tem o valor estimado de R\$ 5.028,00 (cinco mil e vinte e oito reais).

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Em regra, conforme art. 40 da Lei nº 14.133/21, os serviços deverão ser realizados preferencialmente de forma única, salvo situações em que se faça necessários ajustes, adequações, ou trocas que atendam as necessidades do Escalão de Saúde/12ª RM.

9.2. O disposto encontra-se aplicável na presente demanda, não sendo vislumbrado, no momento, motivações para a adoção do parcelamento do objeto.

9.3. A especificação do objeto foi realizada para cada item, de acordo com a necessidade do requisitante.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não se faz necessária a realização de aquisições correlatas ou interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11. A contratação ora pretendida está em consonância com o Plano de Contratações Anual 2025/2026 do Comando da 12ª Região Militar. Alinha-se, ainda, ao princípio constitucional da legalidade, na medida em que a contratação pretendida decorre de imposição legal.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. A aquisição da revista SIMPRO irá possibilitar a Seção de auditoria realizar com precisão o trabalho de auditoria médicas do Escalão de Saúde/12ª RM, garantindo a lisura no processo das contas médicas do FuSEx.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Tratando-se de serviços específico a aquisição deverá ser feita por meio de inexigibilidade de licitação devido ao fornecedor se o único autorizado a fornecer o material em âmbito nacional, conforme declaração apresentada pela empresa.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Possíveis impactos ambientais, ainda que mínimos, podem ocorrer. Como exemplo, cita-se: a geração de resíduos sólidos, ainda que biodegradáveis; emissão, na atmosfera, de monóxido de carbono, decorrente da utilização de veículos automotores para distribuição de jornais, etc.

14.2 Será de responsabilidade da contratada o cumprimento das normas ambientais vigentes, de acordo com a Instrução Normativa nº 1 de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, referente ao artigo 5º, no que couber.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar, consoante o inciso XIII, viável art 7º da IN 40 de 22 de maio de 2020, da SEGES/ME.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).





**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DA 12ª REGIÃO MILITAR
RELATÓRIO DE PESQUISA DE
PREÇOS**

O presente relatório e resultado da pesquisa de preços abaixo discriminada em cumprimento ao determinado na Lei nº 14.133/21 e demais dispositivos legais, em conformidade com a Instrução Normativa nº 65/2021 – SEGES/ME, de 07 de julho de 2021 e suas alterações.

1. OBJETO: Determinação do preço estimado em processo licitatório, para aquisição da assinatura da revista SIMPRO.

2. PERÍODO DE REALIZAÇÃO: 01 de julho à 01 setembro de 2026.

3. METODOLOGIA APLICADA: o valor de referência foi aferido por meio de:
() Média () Mediana () Menor Preço (x) Outra: Exclusividade.

4. FONTES DE PESQUISA

Foi realizada a pesquisa de preços utilizando os seguintes parâmetros, observado o art. 5º da IN 65/2021 - SEGES/ME:

() I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Pannel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;

() II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

() III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;

(x) IV - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; ou

() V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior a data de divulgação do edital, conforme disposto no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

Justifica-se a aplicação do disposto no § 1º do art. 7º da IN 65/2021 – SEGES/ME, tendo em vista não ter sido possível estimar adequadamente o valor do objeto por meio dos parâmetros estabelecidos no art. 5º da referida norma. A equipe de planejamento identificou duas referências de preços provenientes de contratações disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), as quais foram consideradas na composição da pesquisa.

Item	Objeto	Und	Contratante(Nome/ UASG)	Inciso	Preço Unit.	Preço de Referência
1	Assinatura anual do guia farmacêutico/SIMPRO (SIMPRO PUBLICAÇÕES E TELEPROCESSAMENTO LTDA) em sua versão de acesso ao SISTEMA VIDEOFARMA BANCO DE DADOS SEM EXPORTAÇÃO DE DADOS, com acesso a todas as ferramentas do sistema, visualização e atualização semanal, por um período de 12 (doze) meses.	1	Contratação Direta Inex- CONTRAÇÃO DIRETA 31/2026 - UG 160027 – COMPRASGOV HORA:09:33	IV	5.543,00	5.028,00
			Contratação Direta - CONTRAÇÃO DIRETA 31/2026 – UG 160445 – COMPRAS GOV HORA:09:35	IV	5.548,51	

ANÁLISE DA PESQUISA

Foi realizada uma análise dos preços homologados por outras Organizações Militares conforme ANEXO I.

1-Metodologia aplicada: para a realização da pesquisa e da justificativa de preços, foram consideradas as disposições previstas nos arts. 5º e 7º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021.

Considerando que não foi possível estimar o valor do objeto utilizando exclusivamente os parâmetros previstos no art. 5º da referida Instrução Normativa, foi adotado, para fins de justificativa de preço, o procedimento estabelecido no § 1º do art. 7º.

Dessa forma, foram considerados valores referentes a contratações de objetos idênticos anteriormente comercializados pela futura contratada, comprovados por meio de documentos fiscais emitidos por outros contratantes, públicos ou privados, dentro do período de 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração.

OBS: A militar responsável pela elaboração desta pesquisa de preços foi o 1º [REDACTED]
[REDACTED] egrá este relatório, para todos os fins e efeitos, o seguinte Anexo:

ANEXO I – Documentação comprobatória utilizada para a justificativa de preços, nos termos do art. 7º, § 1º, da IN SEGES/ME nº 65/2021.

Manaus, 02 de setembro de 2026

[REDACTED]

ANEXO I – TABELA COMPARATIVA DE PREÇOS								
	OK:  INEXEQ:  ELEVADO: 	INEXIGIBILIDADE – Assinatura de Periódico – Revista SIMPRO					<25%: Média >25%: Mediana	
Item 1	Contratação Direta Inex- CONTRAÇÃO DIRETA 31/2026 - UG 160027 – COMPRASGOV	Contratação Direta - CONTRAÇÃO DIRETA 31/2026 – UG 160445 – COMPRAS GOV	SIMPRO	Média	Mediana	Coefficiente de Variação= Desvio Padrão/ Média	Método	Valor de Referência
	R\$ 5.543,00	R\$ 5.548,51	R\$ 5.028,00	R\$ 5.373,17	R\$ 5.543,00	298,938683846705	Média	R\$ 5.028,00
	4,82%	4,98%	-9,34%			5,56%		

São Paulo, 17 de julho de 2026.

ANEXO 1
PROPOSTA Nº 17363 / 2026

COMANDO DA DECIMA SEGUNDA REGIAO MILITAR
CNPJ 09.633.335/0002-00
A/C 1º Ten Neix

Apresentamos proposta comercial de preços e condições para uso do Sistema **VIDEOFARMA BANCO DE DADOS COMPLETO PARA CONSULTA**

OBJETIVO

Consiste na prestação de serviços de assessoria mercadológica na área da saúde, através da sessão de uso do banco de dados relacional, contendo informação de produtos farmacêuticos, de consumo e hospitalares, informações de materiais médicos hospitalares, soluções, alimentação parenteral e enteral, próteses, órteses, materiais especiais e bens duráveis.

O banco de dados é manuseado por um conjunto de programas em for Windows que será instalado monousuário ou no servidor da rede de computadores da CONTRATANTE e fornece ao usuário a condição de consulta ao banco através de atalho nas estações, com telas altamente didáticas e estando preparado para receber as mensagens de atualização do banco que será enviada via internet, mantendo assim o banco de dados sempre atualizado.

ESTRUTURA E INFORMAÇÕES DO BANCO DE DADOS

O banco de dados que compõe o sistema VIDEOFARMA é Access

Podendo ser instalado em qualquer versão do Windows a partir do Windows 10, sendo que a configuração mínima é um microcomputador com Processador: i3-4150, AMD Ryzen 3 1200 ou superior, 5 (cinco) GB de espaço em HD (disco rígido) e mínimo de 2GB (disponível) de RAM e 4GB de RAM ou superior (instalado).

O gráfico a seguir demonstra o volume de itens que compõe o Banco de Dados e sua respectiva distribuição por tipo de produto, sendo que estes números são aproximados devido à dinâmica do mercado.

BANCO DE DADOS DO SISTEMA VIDEOFARMA

VIDEOFARMA	Itens Ativos	Itens Inativos com dados históricos (não mais anunciados)	Total de Itens
Materiais	74183	74037	148220
Medicamentos	17741	10676	28417
Saneantes	225	402	627
Total	92149	85115	177264
Videofarma	Ativas	Inativas (não anunciantes)	Total
Empresas	670	531	1201

Relacionamos a seguir os dados e informações que estão disponíveis para visualização e consulta através de telas do VIDEOFARMA desenvolvida com alta tecnologia, com relacionamento amigável e didático, permitindo várias formas de pesquisa rápida e dinâmica do item desejado:

INFORMAÇÕES	MATERIAIS	MEDICAMENTOS
Aplicação de Margem (lucro / desconto)	x	x
Aplicação de Regra de Negócio por Usuário	x	x
Associação de Códigos	x	X
Cálculo Quantitativo do Valor do Item Aplicando Regra do Negócio	x	x
Classe Terapêutica		x
Classificação do produto	x	
Código de barras	x	x
Código SIMPRO	x	x
Código TUSS	x	x
Conversão dos Preços por Parâmetro de Data	x	x
Descrição comercial	x	x
Descrição técnica de registro na TUSS	x	x
Especialidade	x	—
Fabricante	x	x
Genérico		x
Histórico de Preços	x	x
Identificação (fábrica venda)	x	x
Medicamentos Hospitalares		x
Mercado (material / medicamento / saneante)	x	x
Origem (país)	x	x
Preço Máximo Consumidor (fração)		x
Preço Máximo Consumidor (PMC)		x
Preço Mercado	x	x
Preço Mercado (fração)	x	x
Princípio Ativo		x
Referência	x	x
Registro ANVISA e Data de Validade	x	x
Status anunciante SIMPRO (ativo/suspenso)	x	x
Status do Item (Ativo, outros)	x	x
Tipo de lista (Positiva, Negativa, Neutra)		x
Tipo de Material (OPME, outros)	x	
Utilização (descartável, outros)	x	

OUTRAS INFORMAÇÕES ADICIONAIS DO SISTEMA

- Pesquisa de Produto Simpro | TUSS
- Pesquisa Lista de Produtos por Empresa, Status e Tipo de Mercado
- Pesquisa e Gera a Lista dos Dados das Empresas que Publicam com a Simpro
- Manutenção de usuários
- Parametrização do sistema
- Possibilidade de gerar a lista de produtos não encontrados
- Recurso para Download das mensagens para atualização do sistema
- Backup e restauração do sistema
- Histórico das mensagens de atualização
- Histórico de preços dos produtos
- Verificação dos usuários conectados
- Dispositivo de segurança da informação por criptografia

DESENVOLVIMENTO DOS SERVIÇOS

A CONTRATANTE fica autorizada a instalar os programas do sistema VIDEOFARMA e seu respectivo banco de dados, objeto desta proposta, em monousuário ou rede local com até 05 (cinco) pontos de acesso simultâneo.

A atualização do banco de dados será via web semanalmente ou em prazo inferior sempre que houver alterações relevantes a serem processadas.

A Tolerância de margem de erro nos dados cadastrais transmitidos será de até 1% (um por cento) sobre o banco de dados, e uma vez detectado, proceder-se-á a imediata retransmissão, sem ônus para a CONTRATANTE.

Os dados transmitidos pela CONTRATADA são oriundos das listas de preços fornecidos pelos fabricantes, distribuidores e importadores, ficando arquivadas em poder da CONTRATADA. Havendo correções após a data da transmissão, a CONTRATADA assume o compromisso de atualizar as informações na próxima transmissão, sem custo adicional para a CONTRATANTE.

A instalação do sistema somente poderá ser feita por funcionário da CONTRATADA ou por representante formalmente indicado.

Fica proibida a instalação dos programas do sistema VIDEOFARMA em rede nacional ou endereço diferente do citado no cartão de CNPJ da CONTRATANTE.

Qualquer operação de acesso remoto, Terminal Service, Execução por link Direto, computador móvel (notebook), NÃO É PERMITIDO.

A CONTRATADA se limita a transcrever na íntegra para seu banco de dados, as informações recebidas das empresas fornecedoras de listas de produtos que são as únicas responsáveis pelas informações, principalmente preço, para em seguida transmiti-las para atualização do sistema VIDEOFARMA, instalado no cliente.

O banco de dados é protegido por parametrização e criptografado em rotina binária, portanto, qualquer necessidade de manuseio técnico do mesmo deverá ser feito com orientação técnica pelo departamento de suporte da SIMPRO.

Tratando-se de uma propriedade intelectual, fica expressamente vedada a CONTRATANTE da cessão de uso, sua distribuição, reprodução, transferência, sub-licenciamento ou qualquer forma de cessão, ainda que gratuita no todo ou em partes, por qualquer forma ou meio científico.

As solicitações apresentadas ao departamento de suporte, feitas pela CONTRATANTE em dias úteis e horário comercial poderão ser atendidas no prazo máximo e improrrogável de 48 (quarenta e oito) horas, dando-lhe todas as orientações necessárias relacionadas a software, hardware e procedimentos técnicos.

RECURSO TECNICO DE APOIO AO CLIENTE

A SIMPRO coloca à disposição dos usuários do Sistema VIDEOFARMA dois departamentos para suporte e esclarecimento de dúvidas sobre produtos e sistema.

Suporte técnico: Destinado a efetivar as instalações do Sistema no cliente e o devido acompanhamento das instalações e atendimento do cliente, esclarecendo dúvidas técnicas no decorrer do contrato.

Cadastro e Tabelas (DCAT): Além do trabalho de codificação e organização do banco de dados, está à disposição para atendimento dos clientes para esclarecimento de dúvidas sobre produtos publicados na Simpro.

O horário de atendimento para suporte é de segunda a quinta-feira das 08h30 às 17h30 e as sextas-feiras das 08h00 às 17h00 horas.

Ao contratar o sistema VIDEOFARMA, uma vez preenchidos os requisitos técnicos solicitados através da ficha anexa a esta proposta e necessário para a geração do software, a SIMPRO enviará um link de instalação.

No ato do recebimento do link de instalação do sistema, o cliente deverá entrar em contato com o departamento de suporte técnico da SIMPRO, através do e-mail [REDACTED] receber as orientações, acompanhamento e [REDACTED]

INFORMAÇÕES GERAIS

Os preços mercado ou preço máximo ao consumidor (P.M.C.) e respectivos produtos constantes do banco de dados que divulgamos são de inteira responsabilidade dos fabricantes, distribuidores, importadores. A SIMPRO se limita a transcrevê-los e organizá-los da forma apresentada no sistema.

Não haverá custo adicional para a CONTRATANTE, decorrente de modificações ou alterações introduzidas no sistema fornecido pela CONTRATADA, entretanto, caso seja exigido o deslocamento de um técnico da CONTRATADA para locais fora da sua sede, a CONTRATANTE se comprometerá em ressarcir as despesas de viagem, hospedagem.

Os códigos dos produtos apresentados no banco de dados do Sistema SIMPRO de Informações são recomendados para uso nas guias do TISS, pois são códigos universais, não sendo reutilizado, o mesmo nasce com o item e morre com o mesmo, garantindo assim a possibilidade de saber qual foi o produto utilizado em determinada conta médica, desde que utilizando a SIMPRO.

As informações contidas no banco de dados de medicamentos, tais como: produto, apresentações, registro ANVISA, data de validade, preços mercado e P.M.C. são conferidos mensalmente com a relação de produto fornecida pela ANVISA que constitui a informação oficial sobre os preços dos produtos vigente no mercado.

COMPOSIÇÃO DA PROPOSTA

01 licença do sistema VIDEOFARMA BANCO DE DADOS SEM EXPORTAÇÃO DE DADOS a ser instalada em um único endereço do **COMANDO DA DECIMA SEGUNDA REGIAO MILITAR** [REDACTED]

TAXA DE ADESÃO-ISENTA

Não será cobrada taxa única de adesão no valor de R\$ **150,00 (cento e cinquenta reais)**, para faturamento junto com a primeira mensalidade. Esta taxa destina-se a cobrir custos iniciais da contratação e adesão ao sistema.

VALOR ANUAL E FORMA DE PAGAMENTO

Uma licença para utilização do sistema **VIDEOFARMA BANCO DE DADOS SEM EXPORTAÇÃO DE DADOS** terá um valor anual de R\$ 5.028,00 (cinco mil, vinte oito reais) que confere ao contratante o direito de acesso a todas as ferramentas do sistema, visualização e atualização semanal do banco de dados, válido por 12 meses.

A fatura será emitida na data de contratação do Sistema VIDEOFARMA, com vencimento após 30 dia, cuja cobrança será realizada exclusivamente através de depósito bancário.

Uma vez disponibilizada a prestação do serviço Videofarma, a falta da instalação por questões internas da Contratante não a desobriga dos deveres contratuais, especialmente àqueles relacionados aos pagamentos das mensalidades.

Havendo necessidade de pontos adicionais serão cobrados 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, para cada ponto de rede excedente.

Havendo necessidade da reimplantação do sistema por necessidade ou culpa da CONTRATANTE e por falta de atualizações do banco de dados (envio de 09 (nove) ou mais mensagens anteriores para atualizações) do sistema eletrônico, ou ainda um novo envio do arquivo de exportação de dados (por alíquota de ICMS), incidirá uma taxa de R\$ 160,00 (cento e sessenta reais) ou o valor da tabela vigente na época, para cada prestação de serviço. Outros serviços relacionados ao banco de dados não constantes neste termo poderão ter custos adicionais que serão negociados entre as partes;

Em casos de visitas e treinamentos que estejam acima do raio de 150 km da sede SIMPRO serão negociadas as taxas de despesas para alimentação, hospedagem e transporte antecipadamente junto ao departamento comercial.

VIGÊNCIA, RENOVAÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO

O contrato terá vigência de 12 meses, renovando-se mediante manifestação formal, podendo ser rescindido de forma antecipada por qualquer uma das partes

O valor devido pela CONTRATANTE pela cessão de uso do banco de dados e respectivo Sistema será corrigido anualmente com base no percentual de 3%.

VALIDADE DA PROPOSTA

A presente proposta terá **validade até 30.12.2026** a partir da sua emissão. Decorrido este prazo, os valores poderão ser alterados conforme política de comercialização da SIMPRO.

Situações especiais ou particularidades não previstas nesta proposta serão oportunamente negociadas quando da elaboração de contrato.

A liberação para a instalação se dará no ato do recebimento da Nota de Empenho devidamente assinada pelo responsável legal do CONTRATANTE.

iperes@simpro.com.br

D4Sign
 José Henrique Penitente Peres
Assinado

DE ACORDO

Data: ____/____/____

17363 COMANDO DECIMA SEGUNDA REGIAO MILITAR vdf m pdf

Código do documento f1d6b185-211d-44e4-b7b0-4b955b356bc9



Assinaturas



João Henrique Penteado Peres

Eventos do documento

17 Jul 2026, 09:11:17

Documento f1d6b185-211d-44e4-b7b0-4b955b356bc9 **criado** por [REDACTED]
e442-41ac-b6c7-fd110bdc3b72). [REDACTED]

17 Jul 2026, 09:11:26

MARCOS ANTONIO RIBEIRO (f57f5a7a-e442-41ac-b6c7-fd110bdc3b72). Email: mribeiro@simpro.com.br. **REMOVEU** o signatário

signatario_posicao_2xad44322xsdxccadqw123aasiUASDQsxcdAQWD@posicao.d4sign.com.br -

DATE_ATOM: 2026-07-17T09:11:26-03:00

17 Jul 2026, 09:11:33

MARCOS ANTONIO RIBEIRO (f57f5a7a-e442-41ac-b6c7-fd110bdc3b72). Email: mribeiro@simpro.com.br. **REMOVEU** o signatário **representante_legal@simpro.com.br** - DATE_ATOM: 2026-07-17T09:11:33-03:00

17 Jul 2026, 09:12:15

Assinaturas **iniciadas** por [REDACTED] (f57f5a7a-e442-41ac-b6c7-fd110bdc3b72). Email:

17 Jul 2026, 10:33:50

Hash do documento original

(SHA256):889dc01085f8dd25803fd4ef014f0c9fb82f23de92bdaf05cccbef789fbf0fe

(SHA512):8b51395fb732743abf35f7442101d80bde35154085f26267bc46fd21b601e74be8c214c2e9cd06fdb2732ea99fd462bfc9269dd0815a40e2798effcc8acd5c1f

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima



Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.

DIREX – 043/26

DECLARAÇÃO DE EXCLUSIVIDADE



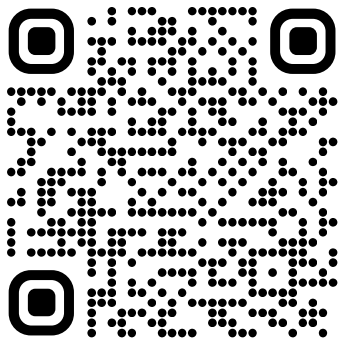
Esta declaração tem validade de 03 (três) meses a partir da data de emissão.

Brasília, 17 de junho de 2026

Asso



Relatório de auditoria e validação de assinaturas eletrônicas



URL pública de verificação de integridade e autenticidade
<https://valida.ae/88c71fe8d2fa6f3c1eeb209f1d884372e1c52ca9e9d9fcb3>

Assinaturas concluídas: 1 de 1

Assinaturas eletrônicas realizadas em conformidade com a Lei nº 14.063/2020 e Regulamento (UE) nº 910/2014 (eIDAS)

Como auditar e validar este documento

Você está visualizando uma via para impressão do documento, ela possui os dados de auditoria, porém ela pode ser alterada. Para conferir a integridade do documento e das assinaturas, **acesse a URL pública de validação ou escaneie o QRCode ao lado.**

3d6064cb8044e6af1a13293e4bc
1212342eb4350759d0f8cb4f0c1
cf7fdb2ea7 Hash SHA256 do original

Assinaturas presentes no documento



Trilha de auditoria

	17/06/2026 16:10	
	17/06/2026 16:10	
	18/06/2026 05:39	
	18/06/2026 05:39	



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DA 12ª REGIÃO MILITAR
Comando de Elementos de Fronteira/1948
(FORTE MENDONÇA FURTADO)**

**JUSTIFICATIVA PARA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
(Processo Administrativo nº 64321.026412/2025-96)**

I – DA CONTRATAÇÃO DIRETA

A presente contratação direta fundamenta-se na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no art. 74, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista a inviabilidade de competição para a contratação do Serviço para assinatura anual da Revista SIMPRO, destinada a subsidiar as atividades de pesquisa de preços, planejamento e execução das contratações de medicamentos, materiais médico-hospitalares e produtos para o Escalão de Saúde da 12ª RM.

II – DA NATUREZA DO SERVIÇO

A aquisição assinatura da revista SIMPRO é essencial, pois trata-se de um referencial de preços de materiais e medicamentos e Produtos para a Saúde, utilizado como parâmetro nas negociações entre hospitais e operadoras de saúde para faturamento, análise de contas médicas, cotações e licitações, a qual é atualizada bimestralmente, de acordo com a lista de preços fornecidas pelas indústrias farmacêuticas e registradas nos órgãos competentes, conforme resolução nº 1 de 30 de novembro de 2023 da CMED. Assim, baseado nesse referencial de preços torna-se possível uma auditoria sem falhas, com alta confiabilidade e transparência, tornando mais ágeis e eficazes os processos de exame e auditoria de contas médicas e hospitalares a serem efetuados pelo Escalão de Saúde da 12ª RM.

III – DA INVIABILIDADE DE COMPETIÇÃO

A empresa SIMPRO Publicações e Teleprocessamento Ltda é a única desenvolvedora e detentora dos direitos de exploração, edição, atualização, manutenção e comercialização do Sistema de Teleprocessamento Farm/Hosp e da Revista SIMPRO, não havendo outro fornecedor autorizado a disponibilizar a referida publicação ou solução equivalente que utilize sua base de dados proprietária, condição de exclusividade a ser comprovada nos autos mediante documentação idônea.

IV – DA JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO CONTRATADO

A escolha da empresa decorre do fato de ser responsável exclusiva pela edição, distribuição e comercialização das bases de dados e publicações técnicas SIMPRO, amplamente utilizadas no setor de saúde como referência para consulta de preços de medicamentos, materiais hospitalares e insumos médicos. Essa publicação constitui base de dados especializadas e proprietárias, não havendo concorrência ou substitutos equivalentes que forneçam as mesmas informações de forma oficial e sistematizada, o que caracteriza a inviabilidade de competição.

V – DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO

Considerando que não foi possível estimar o valor do objeto utilizando exclusivamente os parâmetros previstos no art. 5º da referida Instrução Normativa, foi adotado, para fins de justificativa de preço, o procedimento estabelecido no § 1º do art. 7º, conforme constam nos autos.

VI – DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A Revista SIMPRO constitui ferramenta técnica indispensável ao adequado desempenho das

atividades relacionadas às aquisições, à gestão de materiais e à assistência farmacêutica do Escalão de Saúde, por reunir informações atualizadas e confiáveis sobre medicamentos, materiais médico-hospitalares, órteses, próteses e materiais especiais (OPME), contribuindo para a observância dos princípio da eficiência, da economicidade e do interesse público.

VII – DO PLANEJAMENTO E DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL

O planejamento da contratação encontra-se devidamente formalizado no Documento de Formalização da Demanda, no Estudo Técnico Preliminar, na Análise de Riscos, no Termo de Referência e nos demais documentos que instruem o processo administrativo nº 64321.026412/2025-96, em conformidade com o art. 72 da Lei nº 14.133/2021.

VIII – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

ND: 339039.

Programa de Trabalho: 215842.

Fonte de Recurso 3050000142.

IX – DA APROVAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Constatada a regularidade dos atos procedimentos, AUTORIZO a contratação por meio de Inexigibilidade de Licitação nº 54/2026, com fulcro no caput do artigo 74 da Lei nº 14.133/2021 em favor da SIMPRO PUBLICAÇÕES E TELEPROCESSAMENTO LTDA, inscrita no CNPJ nº 52.704.921/0001-39, nos termos constantes do Processo Administrativo Nº 64321.026412/2025-96.

Em cumprimento ao que determina o parágrafo único do artigo 72, encaminhe-se os autos para divulgação da Inexigibilidade de Licitação nº 54/2026.

Manaus-AM, 04 de setembro de 2026.



> Editais

Ato que autoriza a Contratação Direta nº 54/2026

Última atualização 04/09/2026

Contratação na origem não informada

Acessar Processo Eletrônico

Órgão/Entidade: 00.394.452/0001-03 - COMANDO DO EXERCITO

Unidade compradora: 160014 - COMANDO 12 REGIAO MILITAR/MEX/AM **Localidade da Unidade:** Manaus/AM

Órgão/Entidade sub-rogado: não informado **Unidade compradora sub-rogada:** não informada

Localidade da Unidade sub-rogada: não informada

Modalidade da contratação: Inexigibilidade **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 74, I

Tipo: Ato que autoriza a Contratação Direta **Modo de disputa:** Não se aplica **Registro de preço:** Não

Fonte orçamentária: Federal

Data de divulgação no PNCP: 04/09/2026 **Situação:** Divulgada no PNCP

Id contratação PNCP: 00394452000103-1-019377/2026 **Fonte:** Compras.gov.br

Objeto:

Assinatura anual do guia farmacêutico/SIMPRO (SIMPRO PUBLICAÇÕES E TELEPROCESSAMENTO LTDA) em sua versão de acesso ao SISTEMA VIDEOFARMA BANCO DE DADOS SEM EXPORTAÇÃO DE DADOS com acesso a todas as ferramentas do sistema, visualização e atualização semanal, por um período de 12 (doze) meses.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA	VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA
R\$ 5.028,00	R\$ 0,00

Itens	Arquivos	Atas de Registro de Preço	Contratos/Empenhos	Histórico
Nome ↕		Data/Hora de Inclusão ↕		
DECLARACAO E AUTORIZACAO DA AUTORIDADE COMPETENTE.pdf		04/09/2026 - 10:58:41		
TR Revista Simpro.pdf		04/09/2026 - 10:58:52		
Exibir:	5	1-2 de 2 itens	Página:	1 < >
< Voltar				

Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e correitude das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

 <https://portaldeservicos.gestao.gov.br>

 [0800 978 9001](tel:08009789001)

Texto destinado a exibição de informações relacionadas à **licença de uso**.



A publicação da sua contratação está sendo realizada. Por favor aguarde enquanto os demais dados cadastrados são processados e divulgados.



Resumo da Contratação

Visualize os dados de uma contratação.

[Voltar](#)

Execução da Contratação: 160014 - 54/2026



Dados Básicos da Contratação ^

Número do Processo

64321.026412/2025-96

Tipo de Contratação

Inexigibilidade de licitação

Compra SRP

Não

Modo de Disputa

Não se aplica

Fundamento Legal

Lei 14.133/2021, Art. 74, I - Aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos

Categoria

Serviços

Moeda

Real

Critério de Julgamento

Não se aplica

Forma de Realização

Não se aplica

Tipo de objeto

Não se aplica

Regime de Execução

Não se aplica

Objeto

Assinatura anual do guia farmacêutico/SIMPRO (SIMPRO PUBLICAÇÕES E TELEPROCESSAMENTO LTDA) em sua versão de acesso ao SISTEMA VIDEOFARMA BANCO DE DADOS SEM EXPORTAÇÃO DE DADOS com acesso a todas as ferramentas do sistema, visualização e atualização semanal, por um período de 12 (doze) meses.

Id contratação PNCP

[00394452000103-1-019377/2026](#)

Dados Adicionais da Contratação ^



A publicação da sua contratação está sendo realizada. Por favor aguarde enquanto os demais dados cadastrados são processados e divulgados.



PREFEITURA DE SÃO PAULO

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários

Certidão Número: 0752020 - 2026

CPF/CNPJ Raiz: 52.704.921/

Contribuinte: SIMPRO PUBLICACOES E TELEPROCESSAMENTO LTDA

Liberação: 27/04/2026

Validade: 24/10/2026

Tributos Abrangidos:

Imposto Sobre Serviços - ISS

Taxa de Fiscalização de Localização Instalação e Funcionamento

Taxa de Fiscalização de Anúncio - TFA

Taxa de Fiscalização de Estabelecimento - TFE

Taxa de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde - TRSS (incidência a partir de Jan/2011)

Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI

Unidades Tributárias:

CCM 9.502.047-0- Início atv :22/01/1988 (R TIBIRI, 120 - CEP: 02043-070)

CCM 9.039.935-8- Início atv :04/07/1983 (R BENVINDA APARECIDA DE A LEME, 00101 - CEP: 00000-000 - Cancelado em: 31/12/1987)

Ressalvado o direito de a Fazenda Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo que vierem a ser apuradas ou que se verifiquem a qualquer tempo, inclusive em relação ao período contido neste documento, relativas a tributos administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda e a inscrições em Dívida Ativa Municipal, junto à Procuradoria Geral do Município é certificado que a Situação Fiscal do Contribuinte supra, referente aos créditos tributários inscritos e não inscritos na Dívida Ativa abrangidos por esta certidão, até a presente data é:
REGULAR.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/fazenda/>.
Qualquer rasura invalidará este documento.

Certidão expedida com base na Portaria Conjunta SF/PGM nº 4, de 12 de abril de 2017, Instrução Normativa SF/SUREM nº 3, de 6 de abril de 2015, Decreto 50.691, de 29 de junho de 2009, Decreto 51.714, de 13 de agosto de 2010; Portaria SF nº 268, de 11 de outubro de 2019 e Portaria SF nº 182, de 04 de agosto de 2021.

Certidão emitida às 16:40:17 horas do dia 06/05/2026 (hora e data de Brasília).

Código de Autenticidade: B5E030BC

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Municipal da Fazenda <http://www.prefeitura.sp.gov.br/sf>



Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal (CADIN)

Consulta Credora

Emissão em 04/09/2026, 11:01

Parâmetros: CNPJ: 52.704.921/0001-39

Nenhum registro incluído pela instituição credora

A apresentação deste documento não dispensa a consulta ao Cadin a ser realizada pela Administração Pública no momento da operação a que se destina

JUCEP

DÉCIMA TERCEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL DA
SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA
"SIMPRO PUBLICAÇÕES E TELEPROCESSAMENTO LTDA"
CNPJ.: 52.704.921/0001-39

12

Pelo presente instrumento particular de Alteração de Contrato Social o Sr. **ODIRSO GOBIS**, brasileiro, maior, divorciado, comerciante, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.422.654-8 SSP-SP e do CPF nº 323.336.338-91, residente e domiciliado à Rua Pedro Madureira nº 189, Jardim São Paulo - CEP 02044-140 - São Paulo - SP e o Sr. **ALICIO JOSÉ GOBIS**, brasileiro, maior, solteiro, psicólogo, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.793.261-0 SSP-SP e do CPF nº 323.336.258-72, residente e domiciliado à Rua Orissanga nº 280 - Apto 132 - Mirandópolis - CEP 04052-030 - São Paulo - SP, únicos sócios da sociedade empresária limitada que gira nesta praça sob a denominação social de "SIMPRO PUBLICAÇÕES E TELEPROCESSAMENTO LTDA", estabelecida nesta capital no Estado de São Paulo, à Rua Tibiri, nº 120 - Jardim São Paulo - CEP 02043-070 - São Paulo - SP, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.202.461.474 em sessão de 04/07/1983, resolvem de comum acordo entre si, alterar algumas cláusulas do referido CONTRATO SOCIAL, conforme cláusulas e condições a seguir:

1 - Da Alteração dos Sócios:

1.1

1.2

100% de suas cotas de capital que equivalem a 1% do capital social, representadas por 100 cotas no valor individual de R\$ 1,00, perfazendo o total de R\$ 100,00 (cem reais), ficando o capital social assim distribuído entre os sócios:



10000

SÓCIO	QUOTAS	VALOR	%
ODIRSO GOBIS	9.900	9.900,00	99,00
MARCOS ALBERTO GOBIS	100	100,00	1,00
TOTAIS	10.000	10.000,00	100,00

Passando a **Cláusula Terceira** do Contrato Social a vigorar com a seguinte redação:

CLÁUSULA TERCEIRA
Do Capital Social

O capital social será de R\$ 10.000,00 (Dez Mil Reais), dividido em 10.000 (Dez Mil) cotas no valor individual de R\$ 1,00 (Um Real), totalmente integralizado em moeda corrente nacional no ato da assinatura do presente instrumento, assim distribuído entre os sócios:

SÓCIO	QUOTAS	VALOR	%
ODIRSO GOBIS	9.900	9.900,00	99,00
MARCOS ALBERTO GOBIS	100	100,00	1,00
TOTAIS	10.000	10.000,00	100,00

2. Em virtude das alterações contratuais ocorridas e para atendimento aos preceitos contidos na Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002, resolvem os sócios, de comum acordo entre si, consolidar e dar nova redação às suas cláusulas e condições, para maior facilidade de compreensão e manuseio, passando, portanto, o referido **CONTRATO SOCIAL** a vigorar, a partir desta data, com as seguintes cláusulas e condições:

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL E
POSTERIORES ALTERAÇÕES

CLÁUSULA PRIMEIRA

Da Natureza Jurídica, Denominação, Sede e Foro

A sociedade empresária limitada girará nesta praça sob a denominação social de **"SIMPRO PUBLICAÇÕES E TELEPROCESSAMENTO LTDA"**, tendo sua sede à Rua Tibiri, n° 120 - Jardim São Paulo - CEP 02043-070 - São Paulo - SP, podendo abrir filiais, lojas ou escritórios em qualquer parte do território nacional, e fica eleito o foro da Comarca de São Paulo - SP, para o ajuizamento de quaisquer ações pertinentes à Sociedade.



[Handwritten signatures and initials]

MESP

CLÁUSULA SEGUNDA
Do Objeto Social

O objeto social da empresa é o de Serviços de pesquisa mercadológica, coleta de dados e informações sobre medicamentos e produtos para saúde, produção de tabelas, listagens e banco de dados para consultas de preços e serviços; edição de revista de conteúdo técnico e venda de espaços para publicidade, podendo ser estendido ou modificado por deliberação dos sócios.

CLÁUSULA TERCEIRA

Do Capital Social

O capital social será de R\$ 10.000,00 (Dez Mil Reais), divididos em 10.000 (Dez Mil) cotas no valor individual de R\$ 1,00 (Hum Real), totalmente integralizado em moeda corrente nacional no ato da assinatura do presente instrumento, assim distribuído entre os sócios:

SÓCIO	QUOTAS	VALOR	%
ODIRSO GOBIS	9.900	9.900,00	99,00
MARCOS ALBERTO GOBIS	100	100,00	1,00
TOTAIS	10.000	10.000,00	100,00

CLÁUSULA QUARTA

Da Responsabilidade dos Sócios

A responsabilidade dos sócios é, na forma da Lei, restrita ao valor de suas cotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, conforme Artigo 1052, da lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

CLÁUSULA QUINTA

Da Administração, Uso da Denominação Social e Outros

Parágrafo 1º. - A administração da sociedade, quanto aos atos sociais, administrativos e financeiros, inclusive movimentação de contas correntes bancárias, serão de competência de ambos os sócios, podendo ser exercida em conjunto ou separadamente;

Parágrafo 2º. - Fica expressamente vedado o uso da denominação social em negócios alheios e estranhos aos interesses da sociedade, tais como aval, endossos de favor, fianças, abonos ou outras obrigações, em benefício de terceiros, de si mesmo ou de outro, sob pena de nulidade;



QUARTA SEXTA

O prazo de duração da sociedade será indeterminado e o início das atividades a partir do dia 23 de junho de 1.983.

Das Transferências e Cotas Sociais

Parágrafo 1º. - Os cotistas comunicados deverão manifestar-se por escrito, dentro de 30 dias a contar da data do recebimento da comunicação, sobre sua intenção, enviando cópia da mesma aos demais sócios, com protocolo de entrega. A não manifestação de qualquer dos sócios dentro do prazo acima estabelecido ensejará seu desinteresse e, em caso de existência de mais de um interessado, ao final do 30º. dia as cotas em disponibilidade serão divididas entre si, respeitando-se a proporcionalidade da participação societária, sem direito a recurso de retardatários. Não existindo interesse na aquisição das cotas, postas em disponibilidade no prazo estipulado, por quaisquer sócios, será levantado um **BALANÇO INTERMEDIÁRIO** para apuração dos direitos e obrigações, determinando-se desta forma o valor das quotas, que será efetuado nas condições estabelecidas no parágrafo 2º. a seguir:

Parágrafo 2º. - Os haveres ou obrigações do sócio retirante, por qualquer que seja o motivo, serão determinados após levantamento de BALANÇO INTERMEDIÁRIO, levado a efeito na data da ocorrência e a sociedade fará o pagamento ou recebimento, conforme o caso, junto ao sócio retirante ou seus representantes legais, em 10 parcelas mensais iguais, corrigidas por índice legal em vigor à época dos pagamentos, vencendo-se a primeira a 60 (sessenta dias) após a ocorrência que determinar a saída do sócio, ficando entretanto facultado, mediante decisão entre as partes, outras condições de pagamento, de acordo com a situação financeira da sociedade.



retirante, por
o levantamento
da ocorrência
informe o caso,
legais, em 10
dias em vigor à
60 (sessenta)
sócio, ficando
partes, outras
financeira da

JUCEP

CLÁUSULA OITAVA

Do Exercício Social e Distribuição de Resultados

O exercício social será coincidente com o ano civil, e pelo Balanço Geral de 31 de dezembro de cada ano os lucros ou prejuízos do período serão distribuídos ou atribuídos na proporção da participação societária de cada um, ou permanecerão como reservas, total ou parcialmente, segundo a aprovação dos sócios.

CLÁUSULA NONA

Da Sucessão

A sociedade não se dissolverá por morte ou interdição de qualquer dos sócios. Os herdeiros do falecido ou interdito nomearão um representante que legalmente irá representá-los e cuidar de todos os seus direitos e deveres na sociedade. Caso seus herdeiros individualmente ou em conjunto optarem pela venda de seus direitos, esta deverá ser efetivada obedecendo o que preceitua a cláusula sétima.

Parágrafo 1º. - A admissão na sociedade de sucessores e/ou herdeiros legais, fica condicionada à aprovação do(s) sócio(s) remanescente(s).

CLÁUSULA DÉCIMA

Das Decisões

Parágrafo 1º. - As decisões da sociedade referentes à aquisição ou alienação de bens do ativo, concessão de avais, fianças, cauções, bem como contratação de empréstimos e financiamentos, serão tomadas por deliberação dos sócios cotistas em conjunto;

Parágrafo 2º. - As deliberações sobre alterações contratuais, decorrentes da admissão de sócio, elevação do capital social, modificações no estatuto, transformação da sociedade ou a sua dissolução, serão tomadas por decisão unânime dos sócios;

Parágrafo 3º. - O sócio que não concordar com qualquer alteração contratual poderá optar entre continuar na sociedade ou dela retirar-se, de acordo com o disposto na cláusula 7ª. e seus parágrafos.



ABESP

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

da liquidação

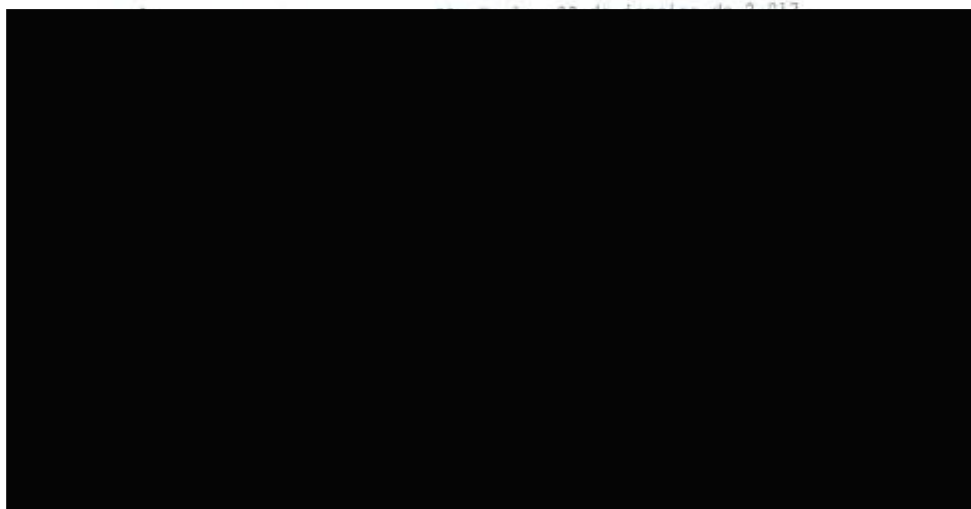
A Sociedade entrará em liquidação nos casos específicos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

Da Declaração de Desimpedimento

O(s) Administrador(es) declara(m), sob penas da lei, que não está(ão) impedido(s) de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar(em) sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade; Artigo 1.011, § 1º, da lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002.

E por estarem, assim, justos e contratados, obrigam-se por si e seus herdeiros, a cumprir fielmente este contrato, que assinam com as duas testemunhas abaixo, lavrando-se em três vias de mesmo teor e forma, para os fins e efeitos de direito e arquivamento na Junta Comercial do Estado de São Paulo - SP.





Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ: 52.704.921/0001-39 DUNS®: 899661599
Razão Social: SIMPRO PUBLICACOES E TELEPROCESSAMENTO LTDA
Nome Fantasia: SIMPRO
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 30/04/2027
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA
MEI: Não
Porte da Empresa: Demais

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: Consta
Impedimento de Licitar: Nada Consta
Ocorrências Impeditivas indiretas: Nada Consta
Vínculo com "Serviço Público": Nada Consta

Níveis cadastrados:

Documento(s) assinalado(s) com "*" está(ão) com prazo(s) vencido(s).

Fornecedor possui pendências em um ou mais níveis de cadastramento. Para mais informações, utilize as funcionalidades de consulta disponíveis.

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	14/02/2027	Automática
FGTS	Validade:	28/09/2026	Automática
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	02/01/2027	Automática

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal (Possui Pendência)

Receita Estadual/Distrital	Validade:	02/08/2026 (*)
Receita Municipal	Validade:	24/10/2026

Emitido em: 04/09/2026 11:45

CPF: 395.XXX.XXX-78 Nome: LUCAS BENINI SOUSA

Ass: _____

1 de 1



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 04/09/2026 11:44:22

Informações da Pessoa Jurídica:

--	--

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: TCU Cadastro: Licitantes Inidôneos Resultado da consulta: Nada Consta Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI .

Órgão Gestor: CNJ Cadastro: CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade Resultado da consulta: Nada Consta Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI .

Órgão Gestor: Portal da Transparência Cadastro: Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas Resultado da consulta: Nada Consta Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI .
--

Órgão Gestor: Portal da Transparência Cadastro: CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas Resultado da consulta: Nada Consta Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI .

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DA 12ª REGIÃO MILITAR
(Comando de Elementos de Fronteira/1948)
FORTE MENDONÇA FURTADO

Requisição Nº 1204-Subseq Inspe Sau /Esc Sau/Cmdo 12ª RM

Manaus, AM, 8 de setembro de 2026.

Assunto: Contratação da Revista SIMPRO

Anexos:

[1\) NC revista.pdf](#)

1. Nos termos do art. 13, da IG 12-02, este Escalão de Saúde da 12 Região Militar solicita ao Ordenador de Despesas a aquisição do seguinte serviço abaixo relacionado.

2. Tal aquisição justifica-se pelo seguinte motivo: Contratação da Revista SIMPRO, por um período de 12 meses.

3. Tipo de Empenho: () Ordinário (x) Global () Estimativo.

4. Método de Aquisição: (x) Gerenciador () Participante () Adesão/Não Participante.

5. Disponibilidade de Crédito: 2026NC42672

6. Utilizar o recurso da NC discriminada abaixo:

NC	DATA	PI	UG
2026NC42672	11/08/2026	D8SAREVISTA	167014

7.A necessidade levantada é a que se segue:

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO NR 54/2026 - UG 160014 - GERENCIADORA					
CNPJ:52.704.921/0001-39 – SIMPRO PUBLICAÇÕES E TELEPROCESSAMENTO LTDA.					
ITEM PE	DESCRIÇÃO	UND FORNC	VALOR UNITARIO	QUANTIDADE	VALOR TOTAL
1	Assinatura do g u i a farmacêutico/S I M P R O (S I M P R O PUBLICAÇÕES E TELEPROCESSA	UND	R\$ 5.028,00	01	R\$ 5.028,00

	MENTO LTDA) em sua versão de acesso ao s i s t e m a VIDEOFARMA BANCO DE DADOS SEM EXPORTAÇÃO DE DADOS, com acesso a todas as ferramentas do sistema, visualização e atualização semanal, por um período de 12 (doze) meses.				
TOTAL: R\$ 5.028,00					



Documento **assinado eletronicamente**, por meio de **assinatura simples**, pelo(a) Cel A [REDACTED] em 08/09/2026, às 13:39 conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no §3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543 de 13/11/2020 da Presidência da República.

Código de verificação: OMP1-gTnm-AhXI-GOZ3

NOTA DE CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

2026NC426727

167505 — DEPARTAMENTO GERAL DE PESSOAL - GESTOR | Emissão: 11/08/2026

📌 IDENTIFICAÇÃO		\$ VALORES / DETALHES	
NÚMERO NC	167505000012026NC426727	VALOR TOTAL	10.128,00
UG EMITENTE	167505	DESCENTRALIZAÇÃO	PROVISAO
OPERAÇÃO	DESCENTRALIZACAO	TAXA CÂMBIO	-
DATA EMISSÃO	11/08/2026	CÓD. TRANSFERÊNCIA	-
SISTEMA ORIGEM	SIAFI-STN	QTDE. UGS FAV.	1

DESCRIÇÃO
ATENDE DESPESA COM PGTO DEASSINATURA DAS REVISTAS SIMPRO BRASINDICE. MAPA REF. AO DIEX N 9204 SUBSEC INSPE SAU ESC SAU CMDO 12 RM. EMPENHAR ATE 17AGO26.

DETALHAMENTO POR UG FAVORECIDA

167014 — COMANDO 12 REGIAO MILITAR

R\$ 10.128,00

Sequencial 1

R\$ 10.128,00

ORIGEM DO CRÉDITO

UG FAV	ITEM	NUM	ESF	PTRES	FONTE	ND	UGR	PI	VALOR
167014	1	1	2	215842	3050000142	339000	167505	-	R\$ 10.128,00

DESTINO DO CRÉDITO

UG FAV	ITEM	NUM	ESF	PTRES	FONTE	ND	UGR	PI	VALOR
167014	1	1	2	215842	3050000142	339039	167505	D8SAREVISTA	R\$ 10.128,00



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DA 12ª REGIÃO MILITAR
(Comando de Elementos de Fronteira/1948)
FORTE MENDONÇA FURTADO

Despacho Nº 4912-Fisc Adm/Div Adm Cmdo 12ª RM/Cmdo 12ª RM

Manaus, AM, 9 de setembro de 2026.

Assunto: saneamento de inconformidades e devolução do Processo NUP 64321.026412/2025-96

1. Remeto-vos os presentes autos, que tratam do procedimento de contratação direta por inexigibilidade de licitação para a aquisição da assinatura da **Revista SIMPRO**, destinado à auditoria de contas médicas do Escalão de Saúde, para fins de saneamento obrigatório de inconformidades críticas identificadas na fase interna do planejamento.

2. Em análise técnica realizada pelas seções de controle interno desta Fiscalização Administrativa, constatou-se que as orientações do **Despacho de Saneamento Nº 1435-E-10/Cmdo 12ª RM**, de 20 de abril de 2026, não foram integralmente cumpridas, restando contradições formais e materiais que comprometem a segurança jurídica do certame, conforme discriminado abaixo:

a. Divergência Crítica no Objeto e Escopo (TR vs. ETP vs. Proposta Comercial):

1) O **Termo de Referência (TR 46/2026)** fixou a utilização do sistema em 03 pontos de acesso simultâneo e incluiu a entrega de **24 edições de revista impressa**. Todavia, a **Proposta Comercial da SIMPRO (Nº 17363/2026)** prevê acesso na rede local para até **05 pontos simultâneos** e não contempla mídia impressa.

2) O **Estudo Técnico Preliminar (ETP 6/2026)** estabelece o acesso ao sistema **sem exportação** de dados. Em contrapartida, a **Matriz de Alocação de Riscos 5/2026** define equivocadamente o objeto **com exportação** de códigos SIMPRO/TUSS para o sistema de gestão local.

3) **Determinação:** A equipe de planejamento deverá reformular o TR e o ETP, alinhando a descrição e os quantitativos do objeto de forma rigorosamente idêntica em todas as peças e em estrita consonância com a proposta comercial do fornecedor único.

b. Caducidade da Declaração de Exclusividade:

1) A Declaração de Exclusividade emitida pela ANER (juntada à página 34 dos autos) possui **validade expressa de apenas 03 (três) meses** a partir da sua emissão. Tendo sido assinada eletronicamente em 18 de junho de 2026, seu prazo de vigência legal **expirará em 17 de setembro de 2026**, inviabilizando a adjudicação e a futura assinatura contratual.

2) **Determinação:** Providenciar junto à empresa SIMPRO ou entidade sindical correspondente a juntada de nova Certidão de Exclusividade atualizada.

3. Diante do exposto, solicito que sejam tomadas as providências administrativas necessárias junto aos militares integrantes da equipe de planejamento, a fim de restituir os autos saneados a esta Fiscalização Administrativa no prazo improrrogável de **até 05 (cinco) dias úteis**.



Documento **assinado eletronicamente**, por meio de **assinatura simples**, pelo(a) Cel [REDACTED], em 09/09/2026, às 10:41 conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no §3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543 de 13/11/2020 da Presidência da República.

Código de verificação: IG7j-gnPE-w7Tw-eSeu

Mapa de Gerenciamento de Riscos 5/2026

1. Informações Básicas

Número do Mapa de Gerenciamento de Riscos	Responsável pela Edição	Data de Criação
5/2026		22/01/2026 11:55
Status do Mapa de Gerenciamento de Riscos		
Concluído (Planejamento)		
Objeto do Mapa de Riscos		
Assinatura anual do guia farmacêutico/SIMPRO em sua versão de acesso ao SISTEMA VIDEOFARMA BANCO DE DADOS SEM EXPORTAÇÃO DE DADOS, por 12 meses.		

2. Histórico de Revisões

Nenhuma Revisão encontrada.

3. Riscos Identificados

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-01	Má elaboração do planejamento da contratação	Um planejamento inadequado acarreta incidentes indesejáveis, como aditamentos contratuais desnecessários, contratações emergenciais decorrentes de desídia ou má gestão, dentre outras práticas arbitrárias e lesivas ao dinheiro público.	Planejamento	Administração	Médio	
Impactos						
1	Não atingir o resultado esperado.					
Ações Preventivas						
P-01	Supervisionar e Possibilitar meios para o desempenho adequado da equipe de Planejamento da Contratação.			Responsável:		
Ações de Contingência						
C-01	Elaborar novo procedimento licitatório.			Responsável:		
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-02	Estudo Técnico não condizente com o serviço requerido.	A falta da real necessidade da contratação e a falha em analisar a viabilidade técnica de implementá-la, bem como instruir o arcabouço básico para a elaboração do Termo de Referência ou Projeto Básico.	Planejamento	Administração	Médio	
Impactos						
1	Contratar serviços diferentes das necessidades apresentadas.					
Ações Preventivas						
P-01	Confirmar os levantamentos detalhados de forma a permitir uma correta estimativa dos aspectos quantitativos e qualitativos do estudo realizado.					
Ações de Contingência						
C-01	Notificação para a empresa contratada.					
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-03	Atraso no início da execução do serviço por parte do fornecedor	Fornecedor com muita demanda nacional, dificultando assim o início para execução do serviço.	Planejamento	Administração	Alto	
Impactos						
1	Atrasos ou cancelamento das guias a serem auditadas referente aos valores de materiais e medicamentos diversos em relação as atividades executadas no Setor de Contas Médicas.					
Ações Preventivas						
P-01	Acompanhar o prazo limite do serviço e entrar em contato com o fornecedor.					
Ações de Contingência						
C-01	Notificação para a empresa contratada, para a execução do serviço no prazo estabelecido no Processo.					

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-04	Enquadramento incorreto do serviço	Possível não realização do serviço pela contratada	Planejamento	Administração	Alto	
Impactos						
1	Perda do serviço, devido os mesmos estarem fora dos padrões das leis atuais.					
Ações Preventivas						
P-01	Fazer Verificação no Termo de Referência se o serviço está enquadrado corretamente nas legislações Vigentes.					
Ações de Contingência						
C-01	Republicação ou correção no Termo de Referência.					

4. Acompanhamento das Ações de Tratamento de Riscos

Nenhum acompanhamento incluído.

5. Responsáveis / Assinantes

Equipe de Planejamento



COMANDO 12 REGIAO MILITAR/MEX/AM

Termo de Referência 46/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
46/2026	160014-COMANDO 12 REGIAO MILITAR/MEX/AM		09/09/2026 14:31 (v 0.8)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		64321.026412/2025-96

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 64321.026412/2025-96)

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação da Revista SIMPRO, por um período de 12 meses, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL [A2] [A3]
1	Assinatura anual do guia farmacêutico/SIMPRO (SIMPRO PUBLICAÇÕES E TELEPROCESSAMENTO LTDA) em sua versão de acesso ao SISTEMA VIDEOFARMA BANCO DE DADOS SEM EXPORTAÇÃO DE DADOS com acesso a todas as ferramentas do sistema, visualização e atualização semanal, por um período de 12 (doze) meses.	4243	UN	01	R\$ 5.028,00	R\$ 5.028,00

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que é uma necessidade permanente da Seção de Auditoria do Escalão de Saúde/12ª RM, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.

Prazo de vigência

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 01 ano contados da assinatura do termo de contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma do artigo 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5 O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [2026], conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Estar de acordo com as especificações contidas no termo de referência, apresentando quando couber, registro junto às autoridades competentes; e

4.1.2. Critérios de sustentabilidade como embalagens recicláveis ou biodegradáveis no que couberem, serão considerados na aceitação dos materiais, sempre que possível.

Subcontratação

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

4.4. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 20 dias da assinatura do contrato.

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

5.1.3 Os serviços de instalação do sistema deverão ser executados em um prazo máximo de 5 dias úteis;

5.1.4 O objeto será utilizado em cinco pontos de acesso simultâneo pela internet.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Av. Cel Teixeira, 6123, Ponta Negra, Manaus-AM, CEP: 69037-000;

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário: 09:00 h às 16:30 (segunda a quinta-feira).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.17. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

6.18. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.19. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.20. Cabe ao gestor do contrato:

6.20.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.20.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.20.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.20.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.20.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.20.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.20.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.20.8 receber e dar encaminhamento imediato:

6.20.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.20.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.1.1. não produziu os resultados acordados,

7.1.2 deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Recebimento

7.2. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.3. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.4. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.5. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.6. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período do ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.7. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.7.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.8. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.9. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.10. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.11. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.12. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.13. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.14. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 20 (vinte) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.14.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.14.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.14.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.14.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.14.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.[A9]

7.15. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.16. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.17. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.18. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.19. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.20. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

I) o prazo de validade;

II) a data da emissão;

III) os dados do contrato e do órgão contratante;

IV) o período respectivo de execução do contrato;

V) o valor a pagar; e

VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.21. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.22. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.23. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.23.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.23.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.24. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.25. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.26. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.27. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.28. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.29. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.30. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.31. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.32. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.32.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.33. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

7.34. Os preços inicialmente contratados são fixos ou irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 27/01/2026.

7.35. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade .

7.36. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.37. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.38. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.39. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.40. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.41. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de Crédito

7.42. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.42.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.42.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou

indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.42.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.42.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.43. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1 Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

8.2.4.2.1 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1 O fornecedor será selecionado por meio de contratação direta com fundamento no art. 74, inciso I, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com base no seguinte fundamento: "aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos".

Exigências de habilitação

9.2. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.3. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.5. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.10. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.11. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.21. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

Qualificação Técnica

9.22. Comprovação de exclusividade do fornecedor/produto, mediante apresentação de documentação idônea.

9.23 Quando aplicável, apresentação de documento que comprove aptidão para execução de serviço compatível com o objeto de contratação.

Disposições gerais sobre habilitação

9.24. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.25. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.26. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.27. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.28. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 5.028,00 (cinco mil e vinte e oito reais) conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/unidade: [167014];

II) Fonte de recursos: [3050000142];

III) Programa de trabalho: [215842];

IV) Elemento de despesa: [339039]; e

V) Plano interno: [D8SAREVISTA].

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Manaus, 09 de setembro de 2026.



13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato (Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.1.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

1.1.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o Contratado[A4] , atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução contratual, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.2.3 Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.2.4. Haja manifestação expressa do Contratado informando o interesse na prorrogação;

2.2.5. Seja comprovado que o Contratado mantém as condições iniciais de habilitação; e

2.2.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

2.3. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação contratual deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. A contratação não poderá ser prorrogada quando o Contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência;

3.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.9.1. A Administração terá o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 15 (quinze) dias.

3.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

3.1.12. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.1.13. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

3.1.14. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução contratual.

4.1.2. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

4.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal contratual ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das disposições do Termo de Referência e deste Anexo, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

4.1.8. Não contratar, durante a vigência da contratação, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do fiscal ou gestor contratuais, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.9 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

4.1.9.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.9.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.9.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.9.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.9.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pela contratação, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

4.1.11. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

4.1.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

4.1.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência contratual.

4.1.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

4.1.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

4.1.17. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

- 4.1.18. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 4.1.19. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação;
- 4.1.20. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 4.1.21. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 4.1.22. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;
- 4.1.23. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 4.1.24. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 4.1.25. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;
- 4.1.26. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 4.1.27. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 4.1.28. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.
- 4.1.29. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.
- 4.1.30. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.
- 4.1.31. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.
- 4.1.32. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização contratual, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.
- 4.1.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.
- 4.1.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas na contratação, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
- 4.1.35. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.
- 4.1.36. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

4.1.37. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

4.1.44. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de:

4.1.44.1. manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;

4.1.44.2. supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;

4.1.44.3. florestas plantadas; e

4.1.44.4. outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

4.1.45. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

4.1.45.1. Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;

4.1.45.2. Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e legislação correlata;

4.1.45.3. Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória; e

4.1.45.4. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, o Contratado deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

4.1.46. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

4.1.47. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.

4.1.48. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, o Contratado deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

4.1.48.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros.

4.1.48.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.

4.1.48.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

4.1.48.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

4.1.49. Em nenhuma hipótese o Contratado poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

4.1.50. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o Contratado comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

4.1.51. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

4.1.51.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26 /12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

4.1.51.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata.

4.1.52. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

4.1.53. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

4.1.54. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.

4.1.55. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).

5. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

5.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão da licitação ou da contratação, a partir da apresentação da proposta no certame, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

5.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

5.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

5.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

5.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

5.6. É dever do Contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

5.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

5.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

5.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

5.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

5.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

5.11. O presente instrumento está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

5.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

6. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

6.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, observado o art. 75, inciso VIII, da Lei n.º 14.133 /2021, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

6.2. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

6.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

6.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

6.2.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

6.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

6.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

6.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

6.3.3. Indenizações e multas.

6.4. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

6.5. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

7. DOS CASOS OMISSOS

7.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

8. ALTERAÇÕES

8.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

8.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

8.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

8.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. FORO

9.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal do Amazonas, Seção Judiciária de Manaus para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, SIMPRO PUBLICAÇÕES E TELEPROCESSAMENTO LTDA declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Aviso de Contratação Direta, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere a Inexigibilidade de licitação nº 54/2026, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Manaus - AM, 09 de setembro de 2026 .



15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).





MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DA 12ª REGIÃO MILITAR
(Comando de Elementos de Fronteira/1948)
FORTE MENDONÇA FURTADO

Despacho Nº 4940-Subseç Inspe Sau /Esc Sau/Cmdo 12ª RM

Manaus, AM, 9 de setembro de 2026.

Assunto: Contratação da Revista SIMPRO

1. Concordo com a justificativa apresentada.
2. Encaminhe-se ao OD para aprovação e início do processo correspondente.



Documento **assinado eletronicamente**, por meio de **assinatura simples**, pelo(a) Cel [REDACTED] em 09/09/2026, às 15:39 conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no §3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543 de 13/11/2020 da Presidência da República.

Código de verificação: FQ4I-UQyP-dMV9-pOC7



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DA 12ª REGIÃO MILITAR
(Comando de Elementos de Fronteira/1948)
FORTE MENDONÇA FURTADO

Despacho Nº 4953-Subseç Inspe Sau /Esc Sau/Cmdo 12ª RM

Manaus, AM, 9 de setembro de 2026.

Assunto: Contratação da Revista SIMPRO

1. Autorizo aquisição do serviço solicitado e determino a abertura do processo correspondente.
2. O Ch Seç Aqs Lic e Contratos da 12ª RM e demais interessados adotem as providências de acordo com as normas em vigor.
3. Para fins da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, empregar os recursos discriminados.



Documento **assinado eletronicamente**, por meio de **assinatura simples**, pelo(a) **Maj RAFAEL CANDIDO DE OLIVEIRA LEITE**, em 09/09/2026, às 16:45 conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no §3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543 de 13/11/2020 da Presidência da República.

Código de verificação: MLXD-++N+-IGAB-III+

Parâmetros: CPF / CNPJ: 52.704.921/0001-39 -- Situação para Devedor Contumaz: REGULAR

Nenhum registro ativo localizado - Situação REGULAR

Parâmetros: CPF / CNPJ: 52.704.921/0001-39 --. Situação para a Esfera Federal: REGULAR

Nenhum registro ativo localizado - Situação REGULAR

Código de Validação: ZWZhMDE3NTMzODAxMmE4YmQ0ZTgwZTNiNTNmZWQwMjc2ZDhhYzE0NzRjZTFjNjgxY2lwNTgyOGVIYzMxOGFhNA==

Para validar esse documento acesse a opção Cadastro -> Validar Relatórios



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 10/09/2026 15:57:33

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **SIMPRO PUBLICACOES E TELEPROCESSAMENTO LTDA**
CNPJ: **52.704.921/0001-39**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.



Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ: 52.704.921/0001-39 DUNS®: 899661599
Razão Social: SIMPRO PUBLICACOES E TELEPROCESSAMENTO LTDA
Nome Fantasia: SIMPRO
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 30/04/2027
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA
MEI: Não
Porte da Empresa: Demais

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: Consta
Impedimento de Licitar: Nada Consta
Ocorrências Impeditivas indiretas: Nada Consta
Vínculo com "Serviço Público": Nada Consta

Níveis cadastrados:

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	14/02/2027	Automática
FGTS	Validade:	28/09/2026	Automática
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	02/01/2027	Automática

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	08/03/2027
Receita Municipal	Validade:	24/10/2026

Emitido em: 10/09/2026 15:56

CPF: 034.XXX.XXX-00 Nome: MATHEUS BARROSO PRATA DE ANDRADE

Ass: _____

1 de 1

Data e hora da consulta: 14/09/2026 10:14

Usuário: ***.309.472-**

Impressão Completa

Nota de Empenho

UG Emitente

Código	Nome	Moeda
167014	COMANDO 12 REGIAO MILITAR	REAL - (R\$)
CNPJ	Endereço	CEP
Município	UF	Telefone
MANAUS	AM	(092) 3659 - 1251/1258

Ano	Tipo	Número
2026	NE	302

Célula Orçamentária

Esfera	PTRES	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	UGR	Plano Interno
2	215842	3050000142	339039	167505	D8SAREVISTA

Data de Emissão	Tipo	Processo	Taxa de Câmbio	Valor
10/09/2026	Global	64321.026412/2025-96	0,0000	5.028,00

Favorecido

Código	Nome	CEP
52.704.921/0001-39	SIMPRO PUBLICACOES E TELEPROCESSAMENTO LTDA	02043-070
Endereço		
TIBIRI 120 JARDIM SAO PAULO		
Município	UF	Telefone
SAO PAULO	SP	(11) 2976 - 2011

Amparo Legal

Código	Modalidade de Licitação				
167	INEXIGIBILIDADE				
Ato Normativo	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea	
Lei 14.133/2021	74	-	I	-	

Descrição

ESC SAU - ATENDER DESPESAS COM SERVICO DE ASSINATURA DE GUIA FARMACEUTICO CONF DIEX NR 1204-SUBSEC INSPE SAU /ESC SAU/CMDO 12ª RM- 8 DE SETEMBRO DE 2026- 2026NC42672 - 11/08/2026 - ND339039.49 - INEX 54/2026-160014.

Local da Entrega

12 RM

Informação Complementar

16001407000542026 - UASG Minuta: 160014

Sistema de Origem

COMPRASNET-ME

Data e hora da consulta: 14/09/2026 10:14

Usuário: ***.309.472-**

Impressão Completa

Nota de Empenho

Lista de Itens

Natureza de Despesa	Total da Lista
339039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDIC	5.028,00

Subelemento 49 - PRODUcoes JORNALISTICAS

Seq.	Descrição	Valor do Item
001	Item compra: 00001 - Assinatura de Jornais, Revistas e Periodicos - Assinatura anual do guia farmaceutico/SIMPRO (SIMPRO PUBLICACOES E TELEPROCESSAMENTO LTDA) em sua versao de acesso ao SISTEMA VIDEOFARMA BANCO DE DADOS SEM EXPORTACAO DE DADOS com acesso a todas as ferramentas do sistema, visualizacao e atualizacao semanal, por um periodo de 12 (doze) meses.	5.028,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
10/09/2026	Inclusão	1,00000	5.028,0000	5.028,00

Assinaturas

Ordenador de Despesa

Responsável pela Nota de Empenho

Data e hora da consulta: 14/09/2026 11:56

Usuário: ***.023.242-**



COMANDO DO EXERCITO (Órgão Superior)

FUNDO DO EXERCITO

Unidade Gestora: 167014 - COMANDO 12 REGIAO MILITAR

Processo: 64321.026412/2025-96

Certificado de Conformidade Sem Ocorrência

Base Legal

Este Certificado refere-se ao acompanhamento da Conformidade dos Registros de Gestão, conforme Legislação em vigor.

Finalidade

A Conformidade dos Registros de Gestão consiste na certificação dos registros dos atos e fatos de execução orçamentária, financeira e patrimonial constantes dos documentos do SIAFI e da existência de documentos hábeis que comprovem as operações.

Da análise

CERTIFICO que os registros contidos na documentação abaixo foram gerados em observância às normas vigentes e mediante a existência de documentação que suporta as operações registradas.

Unidade Gestora

167014 - COMANDO 12 REGIAO MILITAR

Documento Origem

2026NE000302

Data de Emissão

10/09/2026

Data da Transação

11/09/2026

Unidade Gestora e Conformista

160014 - ***.023.242-**

Versão

001

Data/Hora

14/09/2026 11:55:20

Operação

Alteração

1 de 1